

**AS FRONTEIRAS DO DESCONHECIDO:
CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE NO OESTE PAULISTA**

Eduardo Giavara

Doutor em História UNESP/ Assis. Professor adjunto do curso de História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus de Ituiutaba, em Minas Gerais.
e-mail: giavara@ufu.br

GIÁVARA, Eduardo. As fronteiras do desconhecido: civilização e barbárie no Oeste Paulista. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 147-165.

Resumo: Em meados do século XIX, a região do Vale do Paranapanema, será palco de importantes movimentos migratórios: o primeiro foi formado eminentemente de trabalhadores mineiros, que se embrenharam pelo sertão em busca de terra que pudessem garantir a inserção deles no mercado agrícola paulista; a segunda leva migratória, será marcada pela economia cafeeira, disputará com os antigos colonizadores a posse da terra, o mercado regional e o poder político. Portanto, o texto apresentado tem por objetivo analisar esse fenômeno da fronteira na região do Vale do Paranapanema, partimos da ideia de que a fronteira é local do conflito e de tensões culturais e econômicas. A temporalidade aqui apresentada toma como marco a lei de terras, em 1850, e a chegada dos trilhos na cidade de Salto Grande/SP, em 1909, momento que representaria o reordenamento territorial e político da região. A construção textual se baseia nos cronistas e cientistas que percorreram a região e imprimiram suas impressões sobre a região.

Palavras-chave: fronteira, Vale do Paranapanema, viajantes.

Abstract: In the late 19th century the region of Vale do Paranapanema had become the center of important migration movements, two worthy recognition: the first was formed primarily by mine workers, men who explored the depths of Brazilian “sertão” searching for lands that could make their way into the agrarian market in the state of São Paulo; The second one was marked by the coffee economy and fights over control of the land, sectional market and political power. Therefore this work intent is to analyze such phenomenon on the borders of “Vale do Paranapanema”, believing that the border is a place for conflicts as well as cultural and economic tensions. The timeline here expressed starts with the land marking in 1850 until it ends with the arrival of rail train in the city of Salto Grande/SP in 1909, moment that would represent some territorial and political reordering in the area. The textual conception is based on chroniclers and scientists who searched the countryside and printed their impressions about these movements.

Key-words: frontier, Vale do Paranapanema, Travelers.



Na segunda metade do século XIX, crescia a produção cafeeira na região do Vale do Paraíba e avançava a passos largos para o oeste paulista. A região se localizava ao oeste da cidade de São Paulo e se estendia até Sorocaba, dali subia sentido norte do estado e passava por cidades como Itu, Salto, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, São Carlos, e, mais ao nordeste do estado, atingia ainda Mococa, Casa Branca e São José do Rio Pardo e entrava no sul de Minas Gerais. A “marcha do café”, como ficou conhecida, foi o avanço da lavoura sobre o território paulista, se associava a um conjunto de fatores como a expectativa positiva sobre os preços do café no mercado internacional, a abundância de terras, a excelente qualidade do solo e o incremento da mão de obra imigrante eram situações que colaboravam para o sucesso da empresa agrícola. Ainda se soma a esse cenário a nascente República e a aspiração por uma nova ordem, que tinha no progresso e na ciência a condutora inabalável do desenvolvimento do país. Na região do Vale do Paranapanema a realidade da frente agrícola não foi diferente, representou importante movimento na história da regional, de tal modo, que poderíamos ter como marco inicial a lei de terras de 1850 e a chegada dos trilhos na região, em 1909, datas que respectivamente se relacionam com a disputa pela legalização das posses pelos antigos lavradores mineiros e, ao final, o avanço da ferrovia na região que consolidaria a expansão do capital cafeeiro, imprimindo uma nova dinâmica na colonização.

O avanço da frente agrícola paulista lançou sobre o território uma “fronteira”, que seguia o roteiro do café, se abria grandes áreas, os trilhos ferroviários cortavam o sertão, cidades se erguiam, por fim, um mundo “civilizado” o “capital cafeeiro”, tomavam conta dos territórios “desocupados”. Nessa fronteira se constituiu como *locus* da tensão entre o encontro cultural, do “civilizado” e o “selvagem” a disputa de terras, a violência e a destruição do mundo natural eram realidades permanentes. Porém, é possível deduzir que para além dessa situação binária é preciso pensar a fronteira como um grande fenômeno do processo de formação social na América, na medida, que ela concentrou o encontro de realidades diversas e onde se processou a ocupação do território, revelando os vários matizes sociais e formas de apropriação desse território.

Na historiografia brasileira a fronteira sempre encarnou o desconhecido e o avanço sobre o território sempre foi obra do acaso, no século XVII, os bandeirantes corresponderam apenas aos interesses fugazes por índios e pedras preciosas e, por isso formaram os poucos núcleos populacionais pelo interior do país, deixaram trabalhos significativos de exploração, mas a experiência permitiu que, na virada do século XIX, o território paulista ainda tivesse lacunas inexploradas. Segundo Sergio Buarque, a exploração dos trópicos não se processou, nos moldes do grande empreendimento colonial “metódico e racional”, mas se organizou em bases precárias relegadas ao “desleixo e certo abandono”, mas que, diante das adversidades, se constituiu em movimento importante na ocupação do território.¹

Nesse mesmo momento, afloravam as contradições entre a vida urbana e a rural: a primeira, ligada a modelos europeus de civilização e de consumo; a segunda, representada por um contingente de homens livres e mestiços, usualmente chamados de caipiras, caboclos, sertanejo, entre tantos outros sinônimos se espalhavam pela infinitude do sertão e que, ao longo de séculos, foram reproduzindo uma “economia natural de subsistência” baseada numa “agricultura itinerante, [...] combinada com a exploração complementar das terras, das aguadas, das matas, através da caça, da pesca e da coleta de frutos e tubérculos”. Marginais na economia viviam “sem nada vender, [...] voltando à vida autárquica de economia artesanal doméstica que satisfazia, nos níveis possíveis, às necessidades comprimidas a limites extremos”².

Cidades litorâneas como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, grandes centros econômicos de onde escoavam os produtos tropicais, era considerada o “mundo civilizado”, já o interior poucas vezes despertou o interesse dos habitantes da colônia. O que havia de fato, segundo Sergio Buarque, era um desestímulo da ocupação do interior ou do “sertam”, designação das regiões distantes da costa, muitas vezes por força da própria administração portuguesa que proibia legalmente a posse de terras muito além das costas, conforme sugere a citação abaixo:

Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra a dentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha. No regimento do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, estipulava-se expressamente, que pela terra firme adentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor mor

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. comemorativa. São Paulo: Cia das Letras, 2016. p. 61.

² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Cia. das Letras, 2006. p. 346

da fazenda real [...] Outra medida que parece destinada a conter a povoação no litoral é a que estipulam as cartas de doação das capitanias, segundo os quais poderão os donatários edificar junto do mar e dos rios navegáveis quantas vilas quiserem, ‘por que por dentro da terra firme pelo sertam as nam poderam fazer menos espaço de seys legoas de hua a outra’ [...]³

Assim, a ideia de “sertão” ou “interior” passava impressões negativas; os terrenos longínquos, cobertos pela mata virgem e habitadas por índios selvagens, eram qualificativos que afastavam qualquer possibilidade de colonização dessas áreas. Muitas pessoas que decidiam por se isolar nessas terras queriam fugir dos recrutamentos do exército ou tinham alguma pendência com a justiça. Longe das convenções sociais, muitos encontravam nessas áreas liberdade de agir e de se expressar e a rotina do trabalho era conduzida segundo as necessidades pessoais ou do grupo⁴.

Na segunda metade do século XIX, o mundo urbanizado estava mais presente nas cidades litorâneas, desta forma, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo eram as irradiadoras do progresso, onde as novas ideias políticas e sociais tomavam conta dos salões sociais, academias e bares. A cidade de ar cosmopolita esbanjava, nos traços arquitetônicos, uma arte que reafirmava a presença da civilização; nas lojas, homens e mulheres, tinham acesso às novidades da moda e, a todo o momento, os habitantes eram lembrados de que suas raízes estavam muito distantes daqui: na Europa⁵.

Toda abundância e ostentação do mundo cosmopolita restrito à costa brasileira se contrapunha ao interior do país: uma grande porção de terra que precisava ser “desbravada e civilizada”. Os contrastes da realidade europeia eram diametralmente opostos ao modo de vida interiorana do país e, em alguns momentos, essas realidades, confrontadas com as exigências desse universo, afluíam em conflitos de forma bem contundente. No final do século XIX, o exemplo claro dessa situação emergiu com o episódio de Canudos, uma rebelião de “flagelados”, no interior da Bahia, cujas bases

³ Apud HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Brasília. Editora da UNB, 1963. p. 91-93.

⁴ PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro. Ediouro, 2006. p. 61.

⁵ BARROS, Roque Spencer M. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo. Edusp: Convívio, 1986, p. 9.

sustentavam-se no messianismo e na fixação do homem no meio rural – características opostas ao projeto modernizador em voga⁶.

No século XIX, a idéia de ocupação do interior do país ganhou estímulo com a vinda da Família Real, deste modo, foram incentivadas expedições como a de Langsdorf, de Jean Baptiste Debret, de Johann Moritz Rugendas, de Auguste de Saint-Hilaire, entre outras que percorreram o interior do país descrevendo a natureza, os costumes e as tradições. Os apontamentos feitos durante essas expedições, denominados “literatura de viagem”, tornaram-se documentos imprescindíveis para o conhecimento das regiões ainda inexploradas pelo homem⁷. Portanto, atendia-se a crescente indústria inglesa, ávida pela matéria-prima, combustíveis e minérios, que poderiam ser revelados nessas viagens. As viagens se inseriam em um contexto maior, seriam um importante instrumento ao desenvolvimento do capitalismo industrial, tornando os países periféricos fornecedores potenciais de recursos para a indústria inglesa. Desse modo, era preciso que essas reservas fossem classificadas, catalogadas e estudadas sistematicamente, a fim de mensurar a sua possível utilidade na ampliação das forças produtivas⁸.

Ao mesmo tempo não podemos nos esquecer que a mudança oriunda da Lei de Terras de 1850, impôs uma nova orientação sobre a propriedade da terra, suspendendo as antigas doações de sesmarias para o registro cartorial (paroquial), fenômeno que estimulou a corrida por novas terras que pudessem garantir a expansão agrícola. Conhecer dados precisos sobre as fronteiras do oeste paulista, por volta de 1850, era situação rara para o governo paulista, pois as políticas de ocupação de terras ainda não possuíam dados significativos sobre esses “terrenos desconhecidos” e, conseqüentemente, tudo ainda era uma incógnita. De tal modo, que a imposição da lei reabilitou um fenômeno conhecido na realidade brasileira: a fronteira agrícola.

⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. p. 174-176. Cf. _____. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In. _____. *História da vida privada no Brasil - 3*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998. p. 16-18.

⁷ Cf. MENDES, Elizabeth Camargo. *Os viajantes no Brasil - 1808-1822*. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/USP. São Paulo, 1986.

⁸ Cf. FIGUERÔA, Silva. *As ciências geológicas no Brasil: 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1995.

A fronteira na história

O fenômeno da fronteira foi estudado em vários momentos da história brasileira, foi assunto de geógrafos, antropólogos, cientistas sociais e historiadores, muitos investiram em ideias importadas, em especial de Frederick Turner, outros buscaram na realidade nacional suas bases teóricas. Como fenômeno na historiografia brasileira a fronteira foi objeto de pesquisa para Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Guilherme Velho, Vianna Moog entre outros. No que tange ao oeste paulista cabe destacar o papel histórico de Pierre Monbeig⁹, em especial a obra, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, a qual editada pela primeira vez, em 1949, trouxe os primeiros apontamentos sobre a ocupação do oeste paulista, invoca a geografia lablachiana, contextualizando o espaço geográfico e o meio social, na expectativa de aflorar as contradições da região. Identifica o avanço da frente agrícola como “franja pioneira”, a qual teria os mesmos princípios de um exército que avança na conquista de um território, assim, define que:

[...] a marcha pioneira não conhece nem generais nem estratégias, nem mapas. No máximo, poder-se-á falar em táticas locais. [...] o avanço do povoamento está longe de ter aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar [...] em “franja pioneira”, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a essa região instável e incerta, onde as manchas de floresta subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distantes o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas.¹⁰

Portanto, a “franja pioneira” seria a consolidação da civilização e do capitalismo, de tal modo, que o autor visualiza nesse processo de colonização distribuídos em várias etapas, parte dos índios que se distribuíam pela região, no período colonial, perpassa pelos mineiros pauperizados pelo fim da mineração e, finalmente, os grandes fazendeiros da cafeicultura que vieram movidos pela ampliação da posse da terra, tanto para a agropecuária como para a exploração imobiliária. A sucessão desses grupos foram, em maior ou menor medida, responsáveis pela alteração da paisagem, introduzindo a grande lavoura e a ferrovia como ápice dessa ocupação. O conceito de pioneiro, utilizado por

⁹ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo. Hucitec, 1984.

¹⁰ Idem. *Ibidem*. p. 165.

Monbeig coloca a fronteira dentro de uma perspectiva civilizatória, conferindo ao processo a ideia de evolução, quase que inevitável, não dando visibilidade aos embates culturais e econômicos, pelo contrário, em alguns momentos se chega a reafirmar posições conservadoras. Tal interpretação coloca o indígena no mesmo contexto do colonizador branco, desconsidera os conflitos da ocupação e da luta por áreas de fronteira feitas pelo capitalismo industrial, esconde sua participação marginal, diminuiu a violência cometida contra índios e caboclos, vê nessas situações extremas apenas como “conflitos”, descontextualizados e inerentes ao processo.

Em um contexto mais contemporâneo e crítico, José de Souza Martins¹¹, trás o conceito de fronteira ao analisar a problemática da expansão demográfica sobre a região amazônica, na década de 1970, constitui-se uma releitura desses conceitos, para que sejam mais amplos e possam abarcar outros sujeitos desse processo. Portanto, seu trabalho “é, antes de tudo, *modos de ver* a fronteira, diferentes entre si por que são diferentes [...] os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”¹². Para Martins a fronteira não pode ser reduzida em um único movimento se dividem na “fronteira demográfica” e “fronteira econômica”. Para entender o primeiro movimento é preciso entender o homem que se embrenhava pelo sertão, o qual ele chamou de *frontiersmen*, ocupava de um território que não era “nem terra civilizada nem mata virgem”, sendo as condições de “vida primitiva e sem organização, que transitoriamente encontramos em todas as ‘frontiers’, tornaram-se um aspecto permanente”.¹³ A sua economia se organiza a partir do local, da subsistência e responde ao mercado regional de gêneros alimentares e o pouco excedente “à troca de produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades”.¹⁴ Assim, na fronteira econômica é que se processaria a incorporação da região ao mercado, a produção agrícola se reveste do grande capital e se volta para o exterior, os produtos passam a atender o grande mercado. Nesse momento a infraestrutura é fundamental para o sucesso da grande empresa agrícola. Mas será nesse palco que as tensões acontecem, para Martins, a fronteira:

¹¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. _____. **Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica**. In: **Estudos Históricos**. São Paulo, n. 10, p. 33-41, 1971.

¹² Idem. *Ibidem*. p. 152.

¹³ WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 1955. Outubro-Dezembro, 1955, n° 4, p. 391.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 45.

[...] sempre aparece com o limite do humano, [...] além dela está o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano”¹⁵.

Homens e Fronteira no Vale do Paranapanema

Frente a essas posições e observando a ocupação do Vale do Paranapanema, a partir de 1850, é possível perceber através de cronistas e cientistas, que a formação da fronteira se forma por interesses diversos e pode ser dividida em dois momentos: a primeira fronteira, a fronteira demográfica, foi iniciada por volta de 1850, caracterizada pela formação de grupos sociais provenientes da região sul do Estado de Minas Gerais, lavradores pauperizados da antiga economia aurífera e sem muitos recursos, travaram confrontos violentos com indígenas, ocuparam uma vasta região que se estendia para oeste da Serra de Agudos; a segunda fronteira, a fronteira econômica, aconteceu na primeira década de 1900, distintamente da primeira, é marcada pela ação de grandes cafeicultores paulistas que projetavam a região como uma importante reserva de mercado, podendo ser utilizada na expansão dos cafezais, na diversificação agrícola ou especulação imobiliária, nessa fase, a ferrovia será elemento decisivo na exploração do território, abrindo cidades e dinamizando a economia com articulações, direcionamento e amplitude inéditos.

Os mineiros que compunham a primeira fronteira eram, em sua maioria, agricultores vindos com a família em busca de grandes porções de terras a baixo custo nas frentes de expansão. Vinham atraídas pela possibilidade de legitimarem uma posse sem a compra ou vinham com um pequeno capital, oriundos da venda de outras propriedades e jogavam toda a sua sorte na compra de vastas extensões de terras em lugares longínquos, depositando expectativas de fortuna e conseqüente mudança de posição social.

Na última década do século XIX, o governo paulista instalou algumas comissões para a legitimação das posses da terra e, nas décadas seguintes a terra foi sendo parcelada em grandes latifúndios. Entre os mineiros, alguns possuíam títulos de suas propriedades, outros atraídos pela “prosperidade”, somente ocupavam as terras como posseiros, não

¹⁵ MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. p. 162.

tinham nenhum papel que lhe assegurasse a propriedade. Apesar dessa diferença, os primeiros imigrantes – vindos de Minas Gerais – viviam um padrão de vida semelhante, mantendo pequenas lavouras que se destinavam à sua própria subsistência e, algumas vezes, um pequeno excedente agrícola era produzido para aquisição de sal, pólvora, ferramentas, medicamentos, bebidas, tecidos, etc.

Muitos que se estabeleceram nesse primeiro momento, vieram atraídos pelas terras férteis e baratas, tencionados a produzir lavouras de café, foram, entretanto, desestimulados pela falta de acesso a recursos e à infra-estrutura, elementos essenciais para que se pudessem tornar a lavoura economicamente rentável. Diante dessa situação muitos acabaram se restringindo a condição de pequenos agricultores, mantendo roças de milho, arroz e mandioca e a criação de algumas cabeças de gado e de porcos ou qualquer outro gênero com que pudessem garantir a sua sobrevivência. Em 1941, Romeu Pascoalick, imbuído das ideias utilitaristas, registrou suas memórias sobre a ferrovia e, procurou demonstrar o papel da Estrada de Ferro Sorocabana — EFS — na ocupação territorial do Vale do Paranapanema, segundo o autor, anteriormente à ferrovia a região era composta de:

[...] singelas povoações, isoladas, com gêneros de vida próprios e deficientes: a criação do gado, suíno ou bovino, era o principal elemento; alguns raros e primitivos engenhos de açúcar, o cultivo de cereais para o consumo próprio [...] As relações eram limitadas, o burro era o único meio de transporte utilizável, e as primeiras colheitas de café, eram levadas por tropas até o ponto terminal da estrada de ferro¹⁶.

Em 1890, Teodoro Sampaio, ao abordar os problemas do vale no artigo publicado no Boletim do CGG, também sugeria que a falta de transportes não era somente com os grandes centros, o que existia eram “estradas medíocres e pouco povoadas”, impossíveis até mesmo de ligar os municípios vizinhos com uma comunicação mais eficiente e regular¹⁷. Observa-se que Sampaio, buscava através do seu relatório expor a região ao mercado, ao grande cafeicultor que alimentava interesses econômicos. Tudo isso contribuía para uma economia que tinha suas bases centradas na pequena produção e no mínimo necessário à subsistência, como por exemplo, a compra de sal ou pólvora. Perante essas observações é possível perceber que a região do Vale do Paranapanema, vai se configurando nesses discursos científicos como regiões “isoladas”, “carentes”, de

¹⁶ PASCOALICK, Romeu. **Uma ferrovia paulista: a Sorocabana**. Separata da Revista do Arquivo Municipal. Departamento de Cultura. São Paulo, n. LXXVI, 1941, p.183-196.

¹⁷ SAMPAIO, Teodoro. Considerações geográficas e económicas sobre o valle do Paranapanema. p. 4.

“extrema pobreza”, etc. Porém, na visão do outro, ou seja, na visão do caipira, se é que possível dizer, existia uma infra-estrutura, isto é, de “caminhos” e “picadas” que lhes garantia a sobrevivência, de tal modo, que as necessidades apontadas pela CGG não são prioritárias no cotidiano dele; antes, são externas e atendem aos interesses de outra economia, a economia cafeeira.

Sabemos que a subsistência de fato nunca existiu nas frentes de expansão do Vale do Paranapanema, tomando os apontamentos de José de Souza Martins, o que havia era uma “economia de excedente”, cuja situação leva o camponês a organizar sua economia em outras bases de relações de trabalho e troca. Conseqüentemente, os mecanismos de organização social do trabalho terão que assegurar meios de produção e de seleção de produtos que possam proporcionar os meios de subsistência familiar. Assim, na reta final, os produtos se tornam apenas mercadorias de troca e “não produtos cujo preço de venda pelo produtor esteja eventualmente baseado numa contabilidade de custos, como ocorre na atividade organizada em bases empresariais”¹⁸. Ainda vale complementar essa posição com uma observação do advogado Armando Nogueira Cobra, estabelecido na região nas primeiras décadas do século XX, o dinheiro só veio aparecer de fato com a chegada da ferrovia, em 1909¹⁹.

Com isso, é possível entrever nos relatórios uma visão mercantilizada dos problemas, apontavam que era necessário o prolongamento da ferrovia até a região para que pudessem ser inseridas numa economia de mercado. No entanto, o que se observa nas entrelinhas desses documentos é um complexo de pequenas cidades, vilas e bairros organizados dentro de bases econômicas que prezam pela troca e pela produção de pequenos excedentes agrícolas. Nessa primeira fronteira, os mineiros, entusiasmados com o movimento migratório, abriram estradas e fundaram os primeiros núcleos populacionais que, nas décadas de 1880 e 1890, tornam-se cidades como Campos Novos do Paranapanema (1885), Espírito Santo do Turvo (1885) e Conceição do Monte Alegre (1896)²⁰.

O segundo momento da ocupação territorial será a fronteira econômica, do grande cafeeiro, cujo fluxo migratório será diversificado e, na qual as relações de trabalho e uso da terra sofreram sensíveis alterações, sustentando-se em outras bases econômicas e sociais. Como ação desse momento, a viagem empreendida pela CGG terá

¹⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. p. 188. Cf. _____. *Frente pioneira*. p. 35-36.

¹⁹ COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo. Hennes & Irmãos, 1923. p. 220.

²⁰ CORREA, Anna Maria Martinez. *Poder político e representatividade partidária no Vale do Paranapanema: (1920-1930)*. Tese (Livre Docência) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 1988. p. 52.

como finalidade maior pôr em evidência a região, dar consistência física e social a um território que até então permanecia desconhecido pelo governo paulista. De acordo com a atuação do Conselheiro João Alfredo, presidente de província, a criação da referida instituição estava destinada a classificar as já mencionadas vias de comunicação, a propriedade da terra e as possibilidades de se empregar a colonização pública e, ainda, que era preciso também analisar as “condições naturais favoráveis a industrialização”, conforme suas palavras sugerem:

As cartas serão acompanhadas de memórias descrevendo as feições físicas da província: a estrutura geológica; os recursos minerais e agrícolas; a meteorologia; a hidrografia, incluindo estudos de rios suscetíveis de navegação, e os meios de os melhorar e os utilizar; as qualidades dos solos; as condições naturais favoráveis à indústria, etc.²¹

Através dessas instituições, o governo pretendia criar situações favoráveis à ocupação das terras, portanto, os documentos são instrumentos para setores do governo e da iniciativa privada mensurarem as potencialidades de assegurar a constituição de um mercado de terras. Nesse contexto, os pesquisadores/viajantes e instituições que produziram documentos cartográficos e relatórios, foram participantes ativos da ocupação da fronteira pelo capital e atuaram diretamente na elaboração desse inventário e na contextualização dos recursos naturais, dos aspectos sociais e das potencialidades que poderiam ser desenvolvidas na região.

A consolidação da fronteira econômica se deu na tensão entre os primeiros colonizadores mineiros e os grandes cafeicultores, de tal modo, que os mineiros, possuidores de grandes propriedades na região, começaram a perder espaço no momento em que a ferrovia apontava a extensão dos trilhos para o Vale do Paranapanema, na década de 1890. Com isso, se configurou um novo cenário de disputa pelas terras que será caracterizado pela chegada de grandes fazendeiros cafeicultores, em sua maioria, paulistas provenientes de famílias abastadas, os quais passaram a disputar as grandes porções de terras. Estas aquisições eram feitas pela compra ou pela grilagem através do

²¹ FIGUEROA, Silvia. **Modernos bandeirantes**. p. 37.

forjamento de documentos de propriedade que expulsava aquele que vivia sobre a terra ou qualquer outra pessoa que pudesse demandar o domínio em questão²².

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana na cidade de Salto Grande, em 1909, exerceu papel fundamental na ocupação do Vale do Paranapanema, pois, além de aumentar a demanda pela terra, proporcionou um rearranjo da ocupação regional. Com isso, abriu-se um panorama de instabilidade, causado pela valorização das terras que margeavam a ferrovia. Consequentemente, o avanço da ferrovia criou novos núcleos populacionais economicamente fortes, fato que resultou na formação de novos grupos políticos na região. Rapidamente, as tradicionais famílias de mineiros - pioneiros na colonização - residentes nas antigas vilas, localizadas em sua maioria na Serra dos Agudos, não encontravam mais espaço para atuar dentro da burocracia regional e foram afastados das decisões político-administrativas locais²³.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o imigrante europeu passa a ser elemento importante na configuração das novas relações de trabalho, baseada no colonato e na comercialização de terras²⁴. Com essa nova configuração, os tradicionais cafeicultores paulistas saíram fortalecidos, pois puderam direcionar o trajeto da ferrovia de acordo com os interesses imobiliários de seus vários investidores. Rapidamente os trilhos imprimiram um novo desenho regional, no qual despontavam cidades como Assis (1917), Ourinhos (1918) e Palmital (1919)²⁵.

Diante desse processo, que se inicia com as expedições científicas, pode-se perceber o acirramento das disputas pela posse da terra, estimuladas em grande parte pela ação de grileiros, cuja atuação torna o vale palco de violentos confrontos²⁶. Nesses dois

²² PENÇO, Célia De Camargo F. *A evaporação das terras devolutas no vale do Paranapanema*. São Paulo: HVF representações, 1994. (em especial o capítulo 4). Cf. também LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.

²³ José Teodoro de Souza, era mineiro de Pouso Alegre, e segundo a historiografia regional chegou em meados do século XIX, e concedeu a doação de grandes porções de terras para formação das primeiras vilas. No dia 31 de maio de 1856, registra a posse de suas terras que, segundo Bruno Giovannetti, iriam “desde o rio Turvo até frontear a rio Tibagi com o rio Paranapanema”. GIOVANNETTI, Bruno. *Esboço Histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 124.

²⁴ Os imigrantes mesmo adquirindo suas terras ainda continuam vinculados a grande propriedade, dedicando parte do ano nas colheitas de café ou algodão. As terras que foram vendidas a esses imigrantes deram origem a bairros rurais ou aguadas, expressão de seu comum no vale do Paranapanema. O nome aguada advém das propriedades estarem sempre próximas a um pequeno rio, ou seja, uma água.

²⁵ GIOVANNETTI, Bruno. Op. cit.; p. 53.

²⁶ P. Monbeig cita que o grande movimento das frentes pioneiras de 1880 a 1910, porém usamos balizam mais extensas e ainda acrescenta que os grandes fazendeiros vêm justamente na fase secundária adquirindo grandes extensões de terra. Entre as famílias que tiveram participação efetiva na aquisição de

momentos, uma característica comum foi a intensa atividade migratória que se sucedeu na região. Esse fato, segundo Martins, gera uma instabilidade entre os grupos sociais, sejam eles índios, posseiros, pequenos agricultores ou grandes fazendeiros que se sucedem na ocupação do território e primam sempre pela violência na tentativa de garantir o domínio de suas terras²⁷.

O clima de instabilidade, provocado pela frente de expansão, gerou relatórios que foram produzidos segundo os interesses de um poder público que visava colocar a região dentro das estatísticas econômicas do Estado. No entanto, torna-se recorrente nesses relatórios e diários de viagem a idéia de “sertão”. Contudo, as opiniões contidas nos relatórios são diversas, algumas mostraram uma visão mais centrada em dados econômicos, outras oscilaram entre uma visão idílica ou pejorativa do lugar e das pessoas.

Teodoro Sampaio, com uma posição mais crítica, destacava que a instabilidade demográfica e a posse da terra eram as principais barreiras a serem resolvidas. Segundo seus apontamentos, esse curso migratório “vae assim invadindo o sertão e desalojando incessantemente o bugre”²⁸ e com posses “tão vagamente definidas quão firmemente sustentadas pelos interessados”²⁹, fatores determinantes na violência que imperou entre brancos e índios.

Já Edmundo Krug, tem uma visão mais eclética, pois, em alguns momentos, assume um discurso idílico da situação em outros aponta alguns vícios da “raça”. Ao elaborar seu texto, tinha a preocupação velada com os problemas de grilagem e das mortes que aconteciam na região, de tal modo, que falaria somente de “conceitos que forem de interesse geral, commentando em observações subcjetivas e falando sómente em thése de assumptos mais melindrosos, pois não quero de modo algum que se supponha que quebrei as normas de hospitalidade”³⁰. Para ele, o “caipira”³¹ e seu modo de vida, “simples e singela”, aparecem como elementos de admiração. Ao apreciar o comércio de sal e pólvora, feito pelos moradores da região, enfatizava que o “caipira” não dispensava o cuidado de comprar um “chale de cores para a amavel namorada”³².

terras aqui na região estão a Família Almeida Prado e Toledo Piza com importantes propriedades no Vale do Rio Feio e do Aguapeí respectivamente. MONBEIG, Pierre. Op. cit.; p. 140

²⁷ MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. p. 147.

²⁸ SAMPAIO, Teodoro. *Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema*. p. 22.

²⁹ Idem. *Ibidem*. p. 28.

³⁰ KRUG, Edmundo. *As margens do Paranapanema*. p. 371.

³¹ Expressão usada pelo próprio Krug em vários momentos de seu relatório.

³² Idem. *Ibidem*. p. 416

De opinião oposta, a caminho de São Paulo dos Agudos, lembrava “como o nosso povo é indolente nas regiões menos férteis” e criticava que os moradores daquela região não dispensam atenção aos viajantes e “eram acanhados e vadios”³³.

Certamente a perspectiva mais contundente sobre a região foi a de Cornélio Schmidt que não economizou epítetos pejorativos para caracterizar a figura do “caipira”, como por exemplo, “indolente”, “vadio” e “preguiçoso”. Vale destacar sua visita a Fazenda do Padre Elisário, localizada na cabeceira do rio Turvo, lugar onde “encontrou uma sucia de caipiras vadiando; porcos sujos e vadios”³⁴; prosseguindo sua viagem, ao passar pela cidade de São Pedro do Turvo, igualmente, dizia que “êstes moradores daqui são todos vadios”³⁵. E não lhe sobra dúvida que “o caipira tem de desaparecer devido à preguiça e à inutilidade”³⁶.

Ao observar os trabalhos de cronistas regionais como Amador Nogueira Cobra e Bruno Giovannetti³⁷, também estabelecidos na região entre as décadas de 1910 e 1920, é possível perceber que se trata de um período conturbado, a violência se alastrava em virtude da posse da terra e os conflitos armados se estendiam indistintamente entre brancos e índios. De tal modo, que Amador Nogueira Cobra, argumentava que a cidade de Salto Grande, final da linha férrea, era a “boca do sertão”, lugar de onde se partia para “um mundo cheio de percalços e riscos” ou se podia “beber” as benesses do mundo civilizado, garantias difíceis de serem encontradas no “sertão”³⁸.

O que se percebe nesses documentos é que as descrições oscilam entre uma visão nostálgica do “sertão”, que deixava transparecer o bucolismo da vida no sertão, exaltando os prodígios da natureza e destacando a vida caipira como exemplo de um homem puro livre das vicissitudes dos grandes centros urbanos; e uma que o via como “refúgio de criminosos de todo o Estado de São Paulo”.

A caracterização do sertão só pôde existir como o oposto do mundo civilizado e se referia tanto “aos espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados e perigosos,

³³ Idem. Ibidem. p. 456.

³⁴ SCHMIDT, Cornélio. Op. cit.; p. 420.

³⁵ Idem. Ibidem. p. 424.

³⁶ Idem. Ibidem. p. 404.

³⁷ Os documentos, relatórios de viagem e diários não falam de crimes envolvendo a posse da terra na região, talvez por se tratar ainda de assunto muito vivo na memória das pessoas preferiram se abster a emitir opiniões que pudessem criar algum desafeto. Por fim, acabaram por falar somente dos conflitos com os indígenas.

³⁸ COBRA, Amador Nogueira. Op. cit.; p. 183.

dominados pela natureza bruta” como também aos redutos para degradados, homiziados, escravos fugidos e miseráveis advindos de uma sociedade que os excluía ³⁹.

Nessas áreas de fronteira, a transformação das lavouras de subsistência em lavouras de exportação se estendeu pelas “terras virgens” e rapidamente se tornaram grandes latifúndios, obrigando a derrubada de matas, a elevação de cercas e a exclusão de caipiras e pequenos agricultores rendidos pela burocracia cartorária, que rapidamente viam seus títulos de propriedade serem desqualificados e, posteriormente, sua condição de agricultor. Raymundo Faoro ao estudar estas mudanças ocorridas na estrutura agrária, com a Lei de Terras, argumentava que era nessas fronteiras que o lavrador, sem a propriedade das terras, vivia sob o domínio do latifúndio, e passava a ser “apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio”. Por grandes porções de terras se espalhavam casas miseráveis, feitas de pau-a-pique que abrigavam posseiros, peões, capangas e toda sua prole. Essas pessoas viviam à mercê do senhor, trabalhavam sem estatuto, sem lei ou qualquer outra garantia e, quando não mais atendiam aos interesses ou questionavam a posse da terra, eram mandados embora ou assassinados⁴⁰.

Diante da situação de instabilidade é plausível afirmar que a inoperância do Estado dentro das áreas de fronteiras abriu espaço para a caracterização pejorativa de “sertão”. E será dentro dessa conceitualização que viajantes e exploradores lançam seu olhar sobre o universo inóspito e embrutecido pelo confronto com índios e a violenta disputa de terras.

Desvendar as fronteiras do “Sertão Desconhecido” foi o grande empreendimento dos “homens da ciência” na virada do século XIX. Através de apontamentos e dados colhidos em extensas viagens foi possível criar mapas, cartas topográficas e textos de onde emergiu o Vale do Paranapanema - região com características próprias que deveria ser integrada a economia cafeeira.

³⁹ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8. nº.15, 1995, p. 145-151.

⁴⁰ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo. Globo, 1997. v. 2. p. 418. Exemplo dessa ocupação de posseiros está no Relatório apresentado por Teodoro Sampaio, em 1890. Ao se deparar com humildes casebres, habitadas por pessoas pobres às margens do Paranapanema, relata que as terras fertilíssimas que avistava eram de propriedade da Família Camargo, senhora de vasto território nesta parte da Província, onde as suas grandes fazendas de criar contam não pequeno número de agregados e dependentes. SAMPAIO, Teodoro. Op. cit., p. 110.

Assim, o conhecimento regional não era apenas curiosidade de viajantes ou de cientistas, mas significava, antes de tudo, um fator estratégico para o poder público constituir o Estado-Nação e expandir suas fronteiras sobre o território⁴¹. As viagens empenhadas pela CGG forneceram subsídios para abertura dos “terrenos desconhecidos” à economia cafeeira, ao traçado da ferrovia e à mercantilização das propriedades agrícolas.

Essas explorações da região constituíram um importante esforço de interpretar as condições sociais contemporâneas e tendiam a apresentar soluções para os destinos do país. Assim, a exploração regional se insere dentro de um paradigma nacional que, segundo Lilia Schwarcz, visava “formular, pela primeira vez, modelos globalizantes, estudos pioneiros, na tentativa de buscar uma lógica para toda a nação”⁴².

Deste modo, as explorações ocorridas no extremo oeste do Estado de São Paulo além de constituírem-se uma importante plataforma política dos cafeicultores paulistas, também foi ponto importante para o debate científico. Cabe lembrar que o discurso científico estava distante das realidades dos moradores locais, assim, sempre foi recorrente em alguns cientistas classificarem essas comunidades, casas, aldeias e tudo aquilo lhes eram alheios como pobres, miseráveis e distantes das benfeitorias que o progresso poderia proporcionar.

Também é importante destacar que esse sentimento de aversão à vida caipira nem sempre foi consenso entre os cientistas, existiam aqueles que acreditavam que esses grupos sociais eram “vítimas do progresso”⁴³. Edmundo Krug, por exemplo, ao expor os motivos de sua viagem ao interior, destacava que pretendia mostrar ao governo paulista as “riquezas” de uma zona vasta e, com isso, chamar a atenção dos representantes e políticos do governo para tratarem o assunto com mais cuidado. Acrescentava ele:

⁴¹ LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. Edusp. São Paulo, 2003. p. 74. Robert de Moraes ao trabalhar a formação do território nacional, coloca a conquista do sertão como umas das urgências do processo civilizador. Assim, a idéia de conquista é “identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente com o grande projeto nacional, sendo alçada a função básica do Estado. O discurso científico argumenta que durante o Império existia um “país a se construir”, e na república é do “país em construção”. O mote imperial é o da civilização [...] Neste quadro a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomadas como inesgotáveis [...] MORAES, Antonio Carlos R. **Território e História no Brasil**. Hucitec/Annablume. São Paulo, 2002. p. 179.

⁴² SCHWARCZ, Liliz Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo. Cia. das Letras, 1993. p. 40

⁴³ Como vimos na página 42 deste capítulo, Edmundo Krug é um cientista que acredita que o caipira seja vítima desse progresso.

O que desejamos é o desenvolvimento de nossa lavoura, a exportação regular de nosso productos, a *industrialização* das nossas riquezas que jazem escondidas no subsolo, e o povoamento de nosso Estado por intermédio de uma colonização inteligente. [...] Si o governo presente e os vindouros não se descuidarem desta prospera zona, veremos em breve ahí se erguerem bellissimos estabelecimentos agrícolas, e os torreões das fabricas denunciarão pela fumaça, que ahí se ganha dinheiro ⁴⁴.

Percebe-se, nessa proposição, que E. Krug achava necessário que as “riquezas [...] escondidas no subsolo” fossem classificadas e inventariadas com o intuito de tornarem-se rentáveis futuramente. Portanto, a expressão riqueza natural, passa a ser qualificada por uma sociedade que dispõe de técnicas de exploração e investigação, cujas funções são apresentar as dinâmicas dessas riquezas e as qualidades desses fenômenos⁴⁵. Com isso, pode-se concluir que esses relatórios poderiam servir, num futuro, próximo, ao desenvolvimento da economia brasileira dentro dos moldes da lavoura de exportação.

Cornélio Schmidt e Theodoro Sampaio representavam as aspirações da elite agrícola, por isso, seus mapas e relatos de viagem muitas vezes visavam expor a natureza de forma a ser convertida em recursos econômicos, outros detalhes como as populações indígenas, pequenos agricultores e “caipiras” eram apenas obstáculos a serem ultrapassados, como uma onça, um rio, etc.⁴⁶

Ao longo dos anos, a região, denominada de Vale do Paranapanema, foi várias vezes reconstruída de acordo com os interesses econômicos e políticos em voga no momento. Consequentemente, se originaram expressões como “terrenos desconhecidos”, “sertão do Paranapanema”, “terras habitadas por índios ferozes”, “Vale do Paranapanema”, “Alta Sorocabana”, “Vale Maleitoso”, cujo intuito era desqualificá-la. Com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, a região passou a ser denominada Alta Sorocabana, em alusão à distância que a ferrovia percorria.

⁴⁴ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 371.

⁴⁵ MORAES, Antonio Carlos R. *Meio ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 103.

⁴⁶ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. p. 455-456.

Anna Maria Martinez Correa, ao estudar a região, percebeu que o Vale do Paranapanema não possuía balizas precisas, mas sim classificações externas impostas por órgãos burocráticos, os quais sempre determinavam as diretrizes da formação regional baseadas nos interesses econômicos e políticos ⁴⁷. No entanto, essas balizas regionais, antes de tudo foram delimitadas pelo universo historiográfico, com elementos comuns das histórias de vida, das memórias, relatos de viagem, cartas topográficas, etc. Portanto, a “região não existe a priori, é resultado de uma série de representações que possuem historicidade”⁴⁸. Assim, o que nos interessa é a região ou as regiões construídas e reconstruídas, ao longo dos anos, em relatórios, mapas e diários, desse modo, a região analisada nesse trabalho é aquela concebida e vivenciada cotidianamente por cientistas, viajantes e sertanistas que se embrenhavam pelo sertão afora.

⁴⁷ Com o fim da ferrovia Sorocabana, na década de 1970, a região vem tentando se reorganizar regionalmente, muitas qualificações ainda são impostas por organismos externos como agências de governo ou o próprio governo. Porém, uma que tem respeitado padrões e limites geográficos é o do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH), o qual, também tem se ligado diretamente as práticas agrícolas e ambientais. Segundo Anna Maria M. Correa, a imprecisão em se demarcar os limites regionais, ao longo do século XX, sempre esteve ligada aos interesses políticos, principalmente, a diminuição dos “currais eleitorais”, os quais acabavam por estimular os chefes políticos a disputarem novas áreas. CORREA, Anna Maria M. Op. cit.; p. 46-47.

⁴⁸ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000. p. 24.